

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA
NÃO MATERNA EM RORAIMA: A INSERÇÃO SOCIAL
DO MIGRANTE SOB UMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL**

Rafaela Tainan Silva de Carvalho (UERR)
rafaelatainan31@gmail.com

RESUMO

O estado de Roraima faz fronteira territorial com a Venezuela, com a República Cooperativista da Guiana e, por ser um estado fronteiro é uma das portas de entrada de imigrantes venezuelanos – haitianos e indígenas também –, que podem decidir ficar no estado ou seguir para outros estados da federação, essa migração obriga quem viaja a se sentir “estrangeiro” ocupando a posição do “outro” pelo fato de não estar em casa que para teoria cultural contemporânea caracteriza toda identidade cultural. A partir dessas migrações e, considerando que o migrante precisa aprender a língua oficial do país de imersão para ser inserido socialmente, foram apresentados neste artigo o conceito de linguagem e a relação entre a língua e a cultura e, outras discussões de cunho bibliográficas sobre os procedimentos de aquisição de língua materna, ensino/aprendizagem de língua não materna, a aprendizagem do português como língua adicional ou segunda língua e, ressaltado o conceito da expressão “língua de acolhimento”, tendo como ponto de partida o programa Portugal acolhe – Português para Todos, realizado por Cabete (2010). A discussão baseia-se na Sociolinguística Interacional que estuda como os falantes de uma língua atribuem significados por meio das interações sociais e, na Antropologia Cultural que estuda a diversidade cultural como algo natural das sociedades e não como anomalia. Esse artigo não enfatiza o multiculturalismo, mesmo que Roraima seja um estado multicultural e multilíngue, mas privilegia a interculturalidade como a melhor forma de inserção social do migrante, porque ela não sobrepõe uma cultura a outra.

Palavras-chave:

Interculturalidade. Língua. Migração.

RESUMEN

El estado de Roraima limita con Venezuela, con la República Cooperativa de Guayana, y debido a que es un estado fronterizo que es uno de los portales para los inmigrantes venezolanos – haitianos e indígenas también –, que pueden decidir permanecer en el estado o ir a otros estados de la federación, esta migración obliga a aquellos que viajan a sentirse “extranjeros” ocupando la posición del “otro” porque no están en casa que para la teoría cultural contemporánea caracteriza toda identidad cultural. A partir de estas migraciones y, considerando que el migrante necesita aprender el idioma oficial del país de inmersión que debe insertarse socialmente, el concepto de lengua y la relación entre lengua y cultura se presentaron en este artículo, y otras discusiones bibliográficas sobre los procedimientos para la adquisición de lengua materna, lengua a enseñanza/aprendizaje de lengua no materna, aprender el portugués con la lengua adicional o segunda y, destacaron el concepto de la expresión “idioma anfitrión”, teniendo como punto de partida el programa Portugal – Portugués

para Todos llevado a cabo por Cabete (2010). La discusión se basa en la sociolingüística interaccional que estudia cómo los hablantes de un lenguaje atribuyen significados a través de interacciones sociales y antropología cultural que estudia la diversidad cultural como algo natural en las sociedades y no como una anomalía. Este artículo no hace hincapié en el multiculturalismo, aunque Roraima es un estado multicultural y pluricultural, pero privilegia la interculturalidad como la mejor forma de inserción social de los migrantes, porque no se superpone a una cultura sobre otra.

Palabras clave:

Idioma. Interculturalidad. Migración.

1. Introdução

O estado de Roraima faz fronteira territorial com a Venezuela, e com a República Cooperativista da Guiana e, por ser um estado fronteiriço é uma das portas de entrada de migrantes venezuelanos – haitianos e indígenas também – que podem decidir ficar no estado ou seguir para outros estados da federação. Geralmente essa escolha é pautada por critérios socioeconômicos e disponibilidade de vagas no processo de interiorização, ou seja, como não há dinheiro ou vagas, a maioria dos migrantes permanece no estado.

No contexto apresentado, a língua portuguesa, que pertence à raiz românica como o espanhol, atua como uma barreira que aumenta ainda mais o estigma e preconceito que muitos imigrantes sofrem todos os dias por não a conhecer. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado (ACNUR) apontaram que nos últimos sete anos, mais de 250 mil venezuelanos solicitaram refúgio ou residência no Brasil – a grande maioria entrando por Roraima.

A migração em massa de venezuelanos ocorre devido às situações políticas, econômicas e sociais, esse intenso fluxo migratório tem reflexos no número de alunos atendidos pelos sistemas municipais, estaduais e federais de ensino. Em relação aos alunos migrantes venezuelanos recebidos no sistema público de ensino, o Censo Escolar registrou 4.123 alunos matriculados nas escolas da rede estadual em 2019.

Esses migrantes partilham de universos culturais, crenças, hábitos, valores, tradições diferentes de outras culturas. Os cursos de Português como língua não materna devem priorizar os aspectos socioculturais têm como competência que os alunos desenvolvam na língua-alvo. Esses alunos aprendem língua não materna a ela adicionando características de

sua cultura de sua procedência como forma de criar uma cultura própria, particular.

A linguagem tem a função de comunicar, relacionar socialmente, expressar e é através dela que são criadas as identidades linguísticas, nacionais e culturais, para (HALL, 2000, p. 76) "... as identidades são criadas por meio de atos de linguagem..." Essas identidades não são fixas, por serem criaturas da linguagem, caracterizam-se pelas mesmas propriedades da linguagem, passam por alterações e mudanças, elas se multiplicam.

O estado de Roraima por ser fronteira possibilita o contato entre várias pessoas com diferentes identidades culturais, os venezuelanos, haitianos, porém o migrante venezuelano, não vai esquecer as crenças dele e, nem abandonar suas tradições porque migrou para Roraima e, no Brasil a cultura é outra. Dessa forma, ele pode multiplicar ou reconstruir sua identidade cultural, por exemplo, na Venezuela, a preferência de ritmo musical é o Merengue e a Salsa, já no Brasil é Sertanejo. Então o migrante vai ampliar suas preferências, passará a gostar de Salsa e Sertanejo.

Assim como a identidade cultural, a linguagem também é múltipla. É evidente que o migrante é obrigado a aprender a cultura do País para ser inserido na sociedade e, devido a essa obrigação que justifico o tema deste artigo, "O ensino de Língua Portuguesa como língua não materna em Roraima: a inserção social do migrante sob uma perspectiva Intercultural", tendo como objetivos gerais:

– Repensar sobre o processo de ensino de Língua Portuguesa como língua não materna através da interdisciplinaridade para fazer com que o imigrante se familiarize com a língua e com a cultura brasileira.

Objetivos específicos:

– Discutir os processos de aquisição e aprendizagem da língua, visando à reconstrução de identidades;

– Promover reflexões sobre a formação de professores de língua estrangeira no Brasil sob uma perspectiva intercultural;

– Compreender como são vistas as identidades socioculturais e culturais sendo algumas identidades dominantes e outras subalternas;

– Refletir sobre as divergências entre o ensino de língua de forma isolada e o ensino interdisciplinar.

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico é de autores que tratam do ensino e de línguas e interculturalidade com a finalidade de discutir os processos de migração em geral, e a função do Estado, na formação dos professores e, a função dos professores no processo ensino/aprendizagem e produção de materiais didáticos. Os documentos citados neste artigo estão disponíveis em sites oficiais.

O referencial teórico fundamenta-se não só na Sociolinguística Interacional, que estuda como o falante de uma língua atribui significado as coisas por meio das interações sociais, essa subdisciplina foi fundada pelo antropólogo e linguista Gumperz, mas também na Antropologia Cultural que estuda a diversidade cultural, Antropologia Linguística impulsionada por Franz Boas e o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss, e na interculturalidade que não faz distinção de cultura superior e inferior como faziam os evolucionistas ou darwinistas sociais.

Com base nessas teorias, discutimos o tema “O ensino da língua portuguesa como língua não materna em Roraima: a inserção social do migrante sob uma perspectiva intercultural”. Tendo como ponto de partida a função da linguagem de acordo com Vigotsky (2009) e com isso, conceito de língua, de identidade cultural e linguística, língua materna LM e a língua não materna, as formas de aquisição e aprendizagem da língua conforme Chomsky (1957) e Santos (2008).

No segundo capítulo discorremos sobre o conceito de língua e cultura com base em Xavier (2003) e Paraquett (2000) enfatizando o conceito de cultura, como tradições, costumes, formas de pensar que, são subjetivas e diversas conforme a Antropologia Cultural, com considerações de fundamental importância para da sociedade roraimense. Na terceira parte, abordamos a interculturalidade e o ensino de línguas, discorremos sobre o conceito de interculturalidade segundo o dicionário e com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Desse modo, apresentaremos também na quarta parte “O professor e a produção de material didático”, relatando a responsabilidade do professor em aproximar a realidade do aluno aos conteúdos trabalhados, ajudando o aluno a refletir sobre questões sociais e culturais, sem apagar e sem discriminar as diferenças. E para o professor elaborar um material didático sob a perspectiva intercultural, que sirva de material de apoio para suas aulas é necessário que o professor tenha formação baseada na interculturalidade e que também

reconheça o multiculturalismo como característica constituinte das sociedades.

Em contrapartida, os cursos de Graduações não oferecem formação baseada na interculturalidade, assim é necessário buscar uma formação continuada, mas a responsabilidade da educação, não é só do professor, é dos Estados e Municípios segundo a Constituição Federal (1988), devendo o Estado promover cursos de capacitações para os professores. Os profissionais de educação reconhecem que a sociedade é multicultural e diversa, mas não encontram formas de trabalhar com esse multiculturalismo de forma intercultural.

2. *Aquisição versus aprendizagem de línguas: concepções teóricas.*

A linguagem é conjunto de sinais convencionados que nos permitem realizar a comunicação. Conforme Vygotsky (2009, p. 63) “... a função primordial da linguagem é comunicar, relacionar socialmente, influenciar os circundantes tanto do lado dos adultos quanto do lado da criança”. Dessa forma, através da linguagem os indivíduos podem transmitir informações, sentimentos, buscar informações, a língua também é uma convenção e uma imposição da classe economicamente favorecida.

Atualmente a busca pelo domínio de uma segunda língua vem aumentando, por causa da globalização e da imigração. O uso da internet nos faz entrar em contato com outras nações e, isso é o motivo dessa necessidade de dominar. Ter no currículo uma segunda língua já é imprescindível, pois assim nos tornamos mais valorizados.

Todo ser humano é programado biologicamente para adquirir uma língua. Com isso, ao chegar à escola, já sabemos português, espanhol ou qual seja a nossa língua materna. Para aprendermos as outras disciplinas como Matemática, História e Geografia, utilizamos um código que é a língua, a mesma que trazemos de casa.

A língua materna é a primeira língua que adquirimos e, diferencia-se da Língua Estrangeira (LE), pois a LE é estudada em outro país, de outra cultura, como no caso de turistas estrangeiros que estudam português antes de visitar o Brasil. E por outro lado, a segunda língua (L2), já que tem o contato e a interação social, por ser estudada no lugar

onde é língua em uso, ou seja, é aprendida no lugar onde é língua majoritária. Todas essas nomenclaturas em um sentido mais amplo são línguas não maternas ou línguas adicionais.

A língua materna não está estritamente ligada à nacionalidade. No Brasil fala-se português como língua nacional, mas temos a LIBRAS e as línguas indígenas autóctones, em Portugal também fala a língua portuguesa como língua nacional, mas temos o mirandês como língua reconhecida na região do Minho.

A aquisição da língua materna ocorre durante anos iniciais da infância. Essa aquisição acontece de modo orgânico e inconsciente, e não há instrução da gramática da língua – há uma assimilação natural dela. Além do mais, a ênfase da comunicação está na mensagem, no conteúdo transmitido e não nas regras gramaticais e concisão linguística.

Todo ser humano nasce com a capacidade inata de adquirir uma língua, conforme já preconizava Chomsky em *Syntactic structures* (1957) e em *Aspects of the theory of syntax* (1965). Noam Chomsky trabalhou de forma muito interessante com processo de Aquisição da linguagem. Chomsky se opôs ao que alegavam os behavioristas e abnegava que uma criança aprende a falar apenas através da imitação de outras pessoas, ou por meio, do método estímulo-resposta.

Acreditava na afirmativa que toda criança normal está condicionada ou destinada a fazer tais tarefas, como adquirir regras gramaticais muito complexas, de forma tão veloz que, não conseguiria se precisasse imitar todas as palavras para que tivesse a capacidade de pronunciar-las, a criança tem capacidade de criar novas formas de expressões ou pronúncias. As crianças nascem naturalmente destinadas a desenvolver certas capacidades, que são herdadas geneticamente.

Segundo Santos (2008), a mente não é fundamental para justificar a aquisição (mais especificamente no Behaviorismo). O Behaviorismo é uma corrente que se baseia na assertiva dos comportamentos linguísticos, tendo como um de seus principais pensadores, Burrhus Frederic Skinner. Para eles, o conhecimento humano e a linguagem eram o resultado do contato do indivíduo com as experiências do ambiente e mediante ao reforço, estímulo e resposta. Entretanto, não conseguem explicar como a crianças compreendem sentenças conotativas.

O Behaviorismo, porém, não levou em conta a criatividade que a criança possui. Por outro lado, essa criatividade, já detectada por

Chomsky (1957), parece explicar a capacidade que leva os aprendizes a produzir enunciados que nunca ouviram antes. O desenvolvimento da mente de uma criança não é só acumulativo, mas também gerada. Segundo esse ponto de vista, a linguagem é como um conhecimento, sendo que sua aquisição é a atualização de um saber prévio e inato cabe apenas estimular este potencial já existente nas crianças.

Contrariamente, a aprendizagem de uma segunda língua ocorre após a aquisição total da LM. Jovens e adultos, por exemplo, aprendem uma língua não materna, através de esforços e não a adquirem de forma orgânica, visto que nessa etapa é preciso que haja instrução gramatical sobre as normas da língua. Isso comumente significa que mais ênfase é dada às normas gramaticais e menos ao conteúdo expresso em si.

Trabalhar com o ensino de Língua Portuguesa, implica na discussão sobre língua materna L1, português como língua estrangeira PLE e português como língua de acolhimento PLAc, o termo “acolhimento” ou expressão “língua de acolhimento” surgiu após o aumento dos movimentos migratórios para Portugal, sobretudo no ano 2000, procedentes de países do leste europeu e dos continentes africano e asiático e foi criado pelo Ministério do Trabalho – Secretaria de Estado do Emprego e Formação, como um contributo para a Política de Imigração no campo das funções da Comissão Interministerial para assessorar as Políticas de Imigração (CIAPI) desenvolvida por meio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2001.

O programa dividia-se em dois módulos distintos: “Cidadania” e “Português Básico para Estrangeiros”. O módulo correspondente a “Cidadania” “tem como fim a aquisição e o reforço de competências no domínio da cidadania, particularmente, ao nível dos direitos e deveres dos cidadãos/trabalhadores” (CABETE, 2010, p. 60), possibilitando o conhecimento da sociedade que os acolhe, a sua cultura, o sistema político. O processo de ensino de línguas deve seguir em busca da interdisciplinaridade na seleção de materiais didáticos que relacione a língua e questões culturais, pois é através da língua que a cultura é construída.

3. Língua e cultura.

Para Xavier (2003, p. 73), “não existe cultura sem língua. Portanto, a língua, de certa forma, seria o que propicia a construção da

cultura”. Para Saussure (1972, p. 24), “a língua é um sistema de signos que exprimem ideias...” e signo é código, por isso, a língua é um código, é a junção de palavras e combinações, já a linguagem é a organização desses signos ou códigos através das convenções sociais. A língua está vinculada a sociedade, por ser uma junção de todas as experiências de uma determinada comunidade humana e, a sociedade partilha de uma cultura que, de acordo com Paraquett (2000, p. 118), é “o conjunto de tradições, de estilo de vida, de formas de pensar, sentir e atuar de um povo”.

Qualquer sociedade humana requer uma linguagem onde possa registrar suas experiências. Estas experiências são repassadas de geração em geração por meio dos mecanismos linguísticos, já que nenhuma informação cultural reside na genética. A linguagem é um mecanismo, é o meio que permite as relações sociais e a interação entre pessoas, por favorecer o pensamento e a ação. Na falta da linguagem as pessoas não saberiam como se relacionar umas com as outras, não haveria como criar vínculos sociais, nem formar grupos em torno de objetivos comuns. Então sem a língua não existira cultura, não haveria expressão do pensamento.

No mundo em que vivemos onde a informação está pronta e é dirigida através dos meios de comunicações de massa, onde os meios de transportes favorecem o deslocamento da população, e, as línguas, como qualquer outra manifestação humana, também entram em contato e estão em constante movimento (APPADURAI, 2001), o estudo das práticas de linguagem predetermina uma revisão dos usuais conceitos de cultura e identidade, pois estão sempre em constante reconstrução para Hall (2000, p. 80).

Para Silva (2012), a identidade é tão indeterminada e instável quanto à linguagem, a qual dependem e possui uma estreita ligação com a diferença, sendo que uma não existe sem a outra. Dessa forma, quando se diz que a identidade é brasileira intrinsecamente está dizendo que não é venezuelano, nem africano, entre outros. E tanto a identidade quanto a diferença são constituídas por meio da linguagem, não são criações da natureza, e sim produzidas por meio do discurso por meio da linguagem.

4. Interculturalidade e o ensino de línguas.

A palavra “intercultural” no dicionário Priberam da Língua Portuguesa é “Relativo às relações ou trocas entre culturas” e “Que se estabelece entre culturas diferentes”. É relativo às relações ou trocas entre culturas, que se estabelece entre culturas diferentes, ou seja, é uma comunicação entre culturas de forma intermediária, sem distinção de cultura superior ou inferior. É dessa forma, que trabalhamos a interculturalidade com a finalidade de repensar sobre os processos de migração em geral.

Para também refletir sobre as propostas e políticas de sobrevivência para pessoas de diferentes culturas, buscando a inserção social sem invisibilizar a diversidade e nem silenciar os grupos minoritários ou subalternos, ao contrário, estimulando a ressignificação dos indivíduos através das relações sociais. Esse termo é diferente de outro que é multiculturalidade que indica a existências de diversos grupos culturais, mas não indica uma forma de convivência.

Há muito tempo acreditava-se que o Brasil era um país monolíngue e não havia discussões no meio acadêmico sobre “interculturalidade”, sobre “como ensinar um aluno venezuelano?” ou se “os alunos que não tinham a Língua Portuguesa como língua materna deveriam participar do mesmo processo de ensino/aprendizagem que os falantes nativos”. Essa política era implantada pelos próprios estados, pois nos cursos de graduação e cursos de formação continuada só havia discussões sobre o termo “educação inclusiva”.

Com a globalização e os aumentos dos movimentos migratórios, o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, o uso da *internet* nos faz entrar em contato com outras nações, culturas e línguas. Com isso, podemos trocar ideias, manter contato com diferentes culturas. A crise política e socioeconômica que ocorre na Venezuela fez inúmeros venezuelanos migrarem para o Brasil, a maioria para o Estado de Roraima, por causa da relação de proximidade, o Brasil atualmente enfrenta a mesma situação que Portugal e todo o continente europeu já enfrentaram.

E como já foi dito esses termos “interculturalidade” e “multiculturalismo” não eram discutidos, eram discutidas apenas a expressão “educação inclusiva”, mas de forma muito teórica e tendo pouca prática. Essa educação inclusiva que era discutida nas redes de ensino e cursos de aperfeiçoamento, tratava da inclusão de portadores de necessidades especiais, indígenas e portadores de altas habilidades.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB) artigo 78,

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas. (LDB, 1996, p. 31)

O que confirma a discussão sobre a educação intercultural aos povos indígenas. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão – (LBI) artigo 27,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (LBI, 2015, p. 34)

Então, conforme essas duas leis, só havia discussões sobre a interculturalidade indígena e a inclusão de pessoas com deficiências. Porém, em Roraima há outras pessoas, falantes nativas de outras línguas que não seja indígena que também precisam ser integrados na sociedade. Diante disso, percebemos que é necessária uma visão ampla sobre a educação, sobre o ensino, o reconhecimento das diferenças, vencendo a visão prejudicial e opressora de uma identidade linguístico-cultural superior a outra e, aderindo uma visão de trocas de conhecimentos.

É necessário o interesse em dialogar com o diferente, o interesse em aprender uma nova língua, novos costumes e tradições, pois muitas pessoas têm receios de conhecer o “outro” acreditando que assim não haverá mudanças na sua identidade, porém a mudança é algo natural. Também é necessária uma formação superior voltada para a interculturalidade, entretanto o Estado não tem subsídios para isso.

O Estado de Roraima não tem condições de subsidiar essas leis, pois o currículo adotado é o do não índio. E a educação intercultural que facilitar a convivência entre esses migrantes seja harmoniosa, só é acessível a migrantes com condições econômicas favoráveis. Sendo assim, imprescindível a criação de políticas educacionais que promovam a integração, o respeito mútuo, também para os não índios, para todos, pois essa é a proposta da interculturalidade.

5. *O professor e a produção de material didático intercultural.*

O professor age como intermediador e tem a responsabilidade de construir uma ponte entre o contexto do aluno e o contexto dos textos e

atividades trabalhadas, para ajudar os alunos a refletirem sobre as questões sociais e culturais. Para os professores conseguirem elaborar um material didático sob a perspectiva intercultural para servir de complemento ao livro didático, é fundamental que, além de terem tido formação baseada nesse conceito, que também reconheçam o multiculturalismo como características constituintes das sociedades, porém os cursos de Graduações não oferecem disciplinas sobre a interculturalidade, nem sobre o processo de construção de identidades, assim é necessário buscar uma educação continuada.

Cabe ao professor inserir práticas interculturais através de materiais que estimulam a reflexão sobre os conflitos em nossa sociedade, de forma interdisciplinar, por exemplo, o professor de português como língua adicional deve incorporar nas suas aulas de português para imigrantes um tema cultural sobre a questão do racismo. Então aluno pode pesquisar sobre o racismo na cultura Brasileira ou estrangeira. Com isso pode aprender sobre a cultura a qual pretende ser inserido e informar ou expor a sua cultura de forma que os alunos possam perceber a complexidade das questões culturais e consigam exercer com responsabilidade e criticidade a cidadania.

Em contrapartida, não adianta só ter um material didático intercultural e não saber desenvolver a aula e, não ter uma metodologia de ensino que prenda a atenção do aluno, ainda há professores que se prenderam aos métodos tradicionais de ensino, no qual o professor era detentor de todo o conhecimento e no qual todas as respostas da aula partiam do detentor. Isso causa cansaço nos alunos e inquietação, o professor tem que buscar recursos didáticos que prendam a atenção, atualmente há vários recursos tecnológicos que podem servir para auxiliar o ensino, como a internet, retroprojetores, porém alguns educadores têm dificuldades para trabalhar com esses recursos, ou não tem conhecimentos de como utilizar esses recursos. Portanto, é interessante que se atualizem e, aprendam a usar esses recursos, que podem servir para aproximar a realidade do aluno.

O professor deve estimular o aluno a conhecer o outro, conhecer o diferente, conhecer a cultura diferente, o plural, o estrangeiro, deve ter o compromisso de não silenciar as vozes minoritárias, ou seja, o diferente, além de promover espaços de questionamentos de como agir para construir um mundo igualitário. A perspectiva intercultural pressupõe que as pessoas estejam interessadas em dialogar umas com as outras e

entendam que, a diversidade é uma característica humana e não devem estimular nenhum tipo de discriminação ou preconceito.

6. A instauração da cultura roraimense.

O estado de Roraima, assim como a maioria dos Estados da região Norte, possui a maior parte de sua cultura ligada às raízes indígenas, no entanto, outras identidades culturais uniram-se às já existentes e formaram uma única expressão cultural, própria da região. O surgimento de grande movimentação de migrantes ocorreu por causa do garimpo nos anos 1980. Segundo Vieira (2008, p. 19), desde o período colonial (1500–1822), a atividade agrícola foi utilizada como estratégia de povoamento e de desenvolvimento sócio-econômico.

Roraima ainda possui uma das culturas indígenas mais ricas do País. São dez etnias indígenas (BENTO; PEDRO, 2008, p. 27-8): macuxí, wapichana, taurepang, ingaricó, ye'kuana, yanomami, patamona, saporá, wai e waimiri atroari. Das populações indígenas citadas, destaca-se a macuxí com aproximadamente 23.433 habitantes, instalados em áreas de lavrado, montanhas e às margens dos rios no nordeste de Roraima. Por ser a principal etnia indígena do Estado, comumente as pessoas nascidas em solo roraimense são chamadas de macuxí. (CARVALHO, 2008, p. 31)

Como já foi dito Roraima é um estado multicultural devemos considerar a lenda do Eldorado que se iniciou nos anos 1530 esse mito atraiu muitos aventureiros europeus em busca de ouro, alguns acreditavam que o Eldorado fosse em várias regiões do mundo, outros acreditavam ser na região das nascentes do Rio Amazonas, ou ainda em algum ponto da América Central, ou do Planalto das Guianas, região entre a Venezuela, a Guiana e o norte do Brasil em Roraima. Nesse sentido Roraima se tornou um lugar de atração cultural para migrantes no qual suas culturas eram divididas em culturas locais, indígenas e urbanas.

A partir de 1930, com as políticas populistas e de industrialização no país, as massas urbanas crescem e criam um estilo de vida distinto devido ao êxodo rural da época. Essa é uma nova fase de miscigenação das culturas das já existentes no Brasil. É também nesse período que se tenta criar uma cultura nacional partindo dos costumes populares. Até 1950, agências de fomento do Estado brasileiro tentam manter alguns tipos de arte que só sobrevive com auxílio governamental, como a músi-

ca clássica, enquanto a iniciativa privada trabalha basicamente com a cultura popular. Segundo Lopes (2005, p. 25) é a partir desse ponto que a indústria cultural brasileira encontra não só o “público consumidor de certos bens culturais”, mas também formas de produção cultural que estão presentes nos próprios emissores, ou seja, a classe popular brasileira.

7. Considerações finais.

O texto não só considerou a função primordial da linguagem que é comunicar, se relacionar socialmente, como discutiu a forma de aquisição da língua materna, ou seja, a primeira língua que adquirimos de forma inconsciente, sem esforços e sem o conhecimento da gramática da língua – a aprendizagem de língua não materna, língua aprendida depois que da aquisição da língua materna, os cursos de português como língua não materna, tem que considerar que os alunos já têm uma cultura, uma identidade linguístico-cultural que será agregada a língua aprendida – a segunda língua aprendida de forma consciente conhecendo as normas gramaticais da língua e, sendo aprendida no país onde a língua aprendida é a majoritária.

O conceito e ação do ensino de Língua Portuguesa como língua de acolhimento (PLAc) que surgiu em Portugal, e foi criado pelo Ministério do Trabalho – Secretaria de Estado do Emprego e Formação, como um contributo para a Política de Imigração no âmbito das atribuições da Comissão Interministerial para o Acompanhamento das Políticas de Imigração (CIAPI) formada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 14/2001.

O artigo também discutiu o papel do professor e como produzir atividades e materiais que visam promover discussões e reflexões críticas sobre a cultura e aspectos sociais, apresentou os conceitos de identidade e diferenças. Percebe-se que as políticas linguísticas não consideram a heterogeneidade da língua nos arcabouços teóricos e nas práticas pedagógicas. Moita Lopes (2006, p. 22), afirma que “(...) politizar o ato da pesquisa e pensar alternativas para a vida social são partes intrínsecas dos novos modos de fazer linguística aplicada”. Desse modo é preciso criar ações pedagógicas direcionadas a uma visão crítica, política, com interesse em dialogar com as questões.

Levando em considerações aos conceitos de identidades e diferenças, conclui-se que os currículos de graduação e formação de professores deveriam ter em sua grade curricular a interculturalidade e estimular seus alunos a pesquisar como essas identidades são produzida, e a pergunta de Hall (2006, p. 99): “Quais os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação?”, porém o fato de essas graduações não terem essa disciplina, não significa que os professores não devam buscar capacitações e formação continuada em buscar de ampliar seus conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Tornar-se professor de língua(s) na estrangeiridade domada. In: _____. *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas

BARALO, M. *La adquisición del español como lengua extranjera*. Madrid: Arco Libros S.L, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs). Multiculturalismo e educação: desafio para a prática pedagógica. *Multiculturalismo diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

_____. *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

CABETE, M. A. C. S. S. *O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento*. Dissertação de mestrado em língua e cultura portuguesa, Universidade de Lisboa, 2010.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Massachusetts: The MIT Press Cambridge, 1965.

DUARTE, F. B. *O mentalismo, o empirismo e o funcionalismo nos estudos da linguagem*. <http://www.filologia.org.br/soletras/2/07.htm>. Acesso em: 05/02/2007.

GROSSO, M. J. R. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 61-7, Brasília, 2010.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A 2004.

MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva. *Formação intercultural de professores de espanhol: Materiais didáticos e contexto sociocultural brasileiro*. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia: Instituto de Letras, 2014.

PARAQUETT, Marcia. Da abordagem estruturalista à comunicativa. In: TROUCHE, A.; REIS, L. (Orgs). *Hispanismo 2000*. Brasília: Embaixada

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Raquel. Aquisição da linguagem. In: José Luis Fiorin (Org.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 211-26 (V. 1)

SAUSSURE, F. de Curso de Linguística General. Publicado por Charles Bally y Albert Sechehaye con la colaboración de Albert Riedlinger. Traducción, prólogo y notas de Amado Alonso. Tradução a partir do original francês. Buenos Aires: Editorial Losada, 1967, 6. ed. 1. ed. de 1945. 378 p. (inclui índice onomástico)

SKINNER, B. F. *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Outra fonte

“intercultural”, in: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-20, <https://dicionario.priberam.org/intercultural>. Consultado em: 08-09-2020.